

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

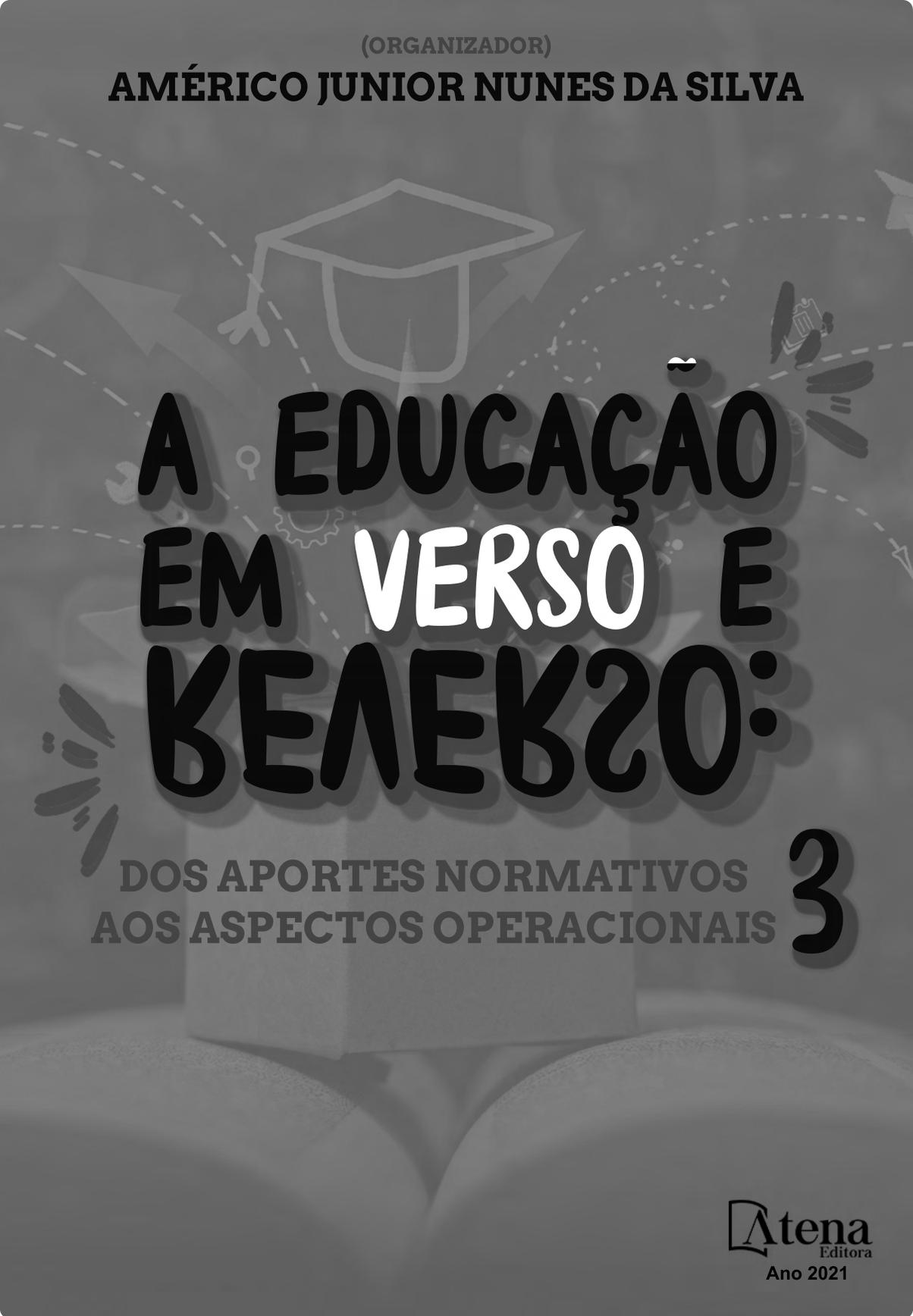
A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-494-5
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.945210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maristela Pedrini

Lezilda Maria Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109071>

CAPÍTULO 2..... 5

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DIÁLOGOS E REFLEXÕES

Sebastiani Stamm Hirsch Brambilla

Luana Kunzler

Taita Lima do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109072>

CAPÍTULO 3..... 14

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA: CONTEXTO, FORMATAÇÃO E DESAFIOS

Thaís Dalla Corte

Tiago Dalla Corte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109073>

CAPÍTULO 4..... 31

AVALIAÇÃO DO ALUNO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE PENSAM E DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS EM UMA FORMAÇÃO CONTINUADA

Angela Maria Venturini

Mônica Pereira dos Santos

Jhonatan Felipe Sales de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109074>

CAPÍTULO 5..... 44

O TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS

Danielly Berneck Côas Ribeiro

Sandra Aparecida Machado Polon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109075>

CAPÍTULO 6..... 56

A DOCÊNCIA EM VIGOTSKY NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Thailma Thársila de Souza Viana

Leiliana Rebouças Freire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109076>

CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE SABERES DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO ENSINO MÉDIO.	
Ivone da Silva Salsa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109077	
CAPÍTULO 8	77
INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO DA ESCOLA REGULAR E ESCOLA HOSPITALAR DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE	
Marilene Pantoja Carvalho	
Rosilene Ferreira Gonçalves Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109078	
CAPÍTULO 9	85
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ENSINO NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Thalyta Freitas dos Santos Laguna	
Ana Claudia Pinto da Silva	
Pâmela Schultz Danzmann	
Tanandra Hermanns	
Juliane Marschall Morgenstern	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109079	
CAPÍTULO 10	94
“ACENDE OU NÃO?” TESTANDO A CONDUTIBILIDADE DOS DIFERENTES MATERIAIS	
Mailzia Silva da Silva	
Elinalva Santos Pimentel	
José Fernando Pereira Leal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090710	
CAPÍTULO 11	103
ESPERANÇAR: MOVIMENTO QUE IMPULSIONA O DESPERTAR PARA UMA NOVA VIDA	
Mônica Aparecida De Oliveira Cruz	
Lúcia Helena Borges De Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090711	
CAPÍTULO 12	112
O PINTEREST PARA CRIAÇÃO DE UM MUSEU IMAGINÁRIO	
Jéssica de Castro Lima Nunes	
Maria Antonia Benutti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090712	

CAPÍTULO 13	120
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA FREIRIANA: DIÁLOGO COM AS PERCEPÇÕES DAS EDUCADORAS E DAS EDUCANDAS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Guilhermina Maria Pimentel da Silveira Maria das Dores Alves Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090713	
CAPÍTULO 14	131
A PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS SOBRE FUNÇÕES QUADRÁTICAS A PARTIR DE UM TRABALHO COM MODELAGEM MATEMÁTICA	
Elisangela Pavanelo Emanuely Alencar de Melo de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090714	
CAPÍTULO 15	145
CAUSAS DE EVASÃO DE UM CURSO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Miralva Ferraz Barreto Marizete Argolo Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090715	
CAPÍTULO 16	155
A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PANORAMA CAPIXABA	
Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves Cirlene Maria Lepaus Flavio Lopes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090716	
CAPÍTULO 17	164
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS NOS CURSOS DE TECNOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	
João Evangelista de Souza Ivonete Ferreira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090717	
CAPÍTULO 18	176
PSICOLOGIA, ARTE TEATRAL E EDUCAÇÃO: DRAMA – PROCESSO E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090718	
CAPÍTULO 19	186
GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Kelly Glauce da Silva Rosário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090719	

CAPÍTULO 20.....	199
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	
Walace de Souza Almeida	
Irisneia Brito e Silva	
Walber Gonçalves de Abreu	
Marcelo Spitzner	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090720	
CAPÍTULO 21.....	208
ARTE, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: ASPECTOS ONTOLÓGICOS	
Karina Gil Montefusco dos Santos	
Regiane Ávila	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090721	
CAPÍTULO 22.....	220
O CONTEXTO POLÍTICO-HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Zelina Cardoso Grund	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090722	
CAPÍTULO 23.....	236
REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL	
Allana Ladislau Prederigo	
Letícia Soares Fernandes	
Mariangela Lima de Almeida	
Rafael Carlos Queiroz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090723	
CAPÍTULO 24.....	247
TROCA DE SABERES ENTRE PROFESSORA DE MATEMÁTICA E ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Amanda Conceição Almeida Guimarães	
Juliano Delabianca	
Jaqueline Magalhães Brum	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090724	
CAPÍTULO 25.....	262
A INCLUSÃO DOS ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA NA UNESC: A EXPERIÊNCIA DO SAMA (SETOR MULTIFUNCIONAL DE APRENDIZAGEM)	
Zélia Medeiros Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090725	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	270
ÍNDICE REMISSIVO.....	271

CAPÍTULO 19

GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 12/04/2019

Kelly Glauce da Silva Rosário

Secretaria Estadual de Educação do Pará –
SEDUC/Pa
Belém-Pa

<http://lattes.cnpq.br/8161655467679267>

RESUMO: A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inspirado na igualdade de direitos entre as pessoas, inclusive àquelas que são público-alvo da Educação Especial. Entretanto, é perceptível que a problemática que temos diante nós, a qual nos impulsiona neste universo de pesquisa devido a vivências práticas do cotidiano escolar, não está voltada apenas garantia de acesso de todos a uma educação de qualidade, mas pauta-se em assegurar a permanência desses sujeitos na escola. Para garantir direito de acesso e permanência, o ambiente escolar precisa ser um lugar em que cada aluno seja acolhido, respeitado em suas singularidades e atendidos em suas necessidades específicas. O desafio que as instituições de ensino têm pela frente é construir uma escola, de fato, inclusiva. Assim, este artigo visa investigar, por meio da pesquisa bibliográfica, o papel da gestão democrática frente ao desafio de construir uma escola inclusiva. Logo, identificou-se que o papel da gestão escolar é fundamental para prover as condições necessárias à transformação da

escola em um ambiente educativo de inclusão, respeito à diversidade, propício ao exercício da cidadania e vivência da democracia.

PALAVRAS - CHAVE: Gestão Democrática. Educação Inclusiva. Diversidade. Democracia. Cidadania.

DEMOCRATIC MANAGEMENT AND THE CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: Education is a constitutionally guaranteed right for all, inspired by equal rights among people, including those who are the target audience of Special Education. However, it is noticeable that the problem that we face before us, which drives us in this universe of research due to practical experiences of the school day, is not only a guarantee of access for all to a quality education, but is aimed at ensuring the these subjects at school. To guarantee the right of access and permanence, the school environment must be a place where each student is welcomed, respected in their singularities and attended to their specific needs. The challenge that educational institutions face is to build a school, in fact, inclusive. Thus, this article aims to investigate, through bibliographic research, the role of democratic management in the face of the challenge of building an inclusive school. Therefore, it was identified that the role of school management is fundamental to provide the necessary conditions for the transformation of school into an inclusive educational environment, respect for diversity, conducive to the exercise of citizenship and living democracy.

KEYWORDS: Democratic management. Inclusive education. Diversity. Democracy. Citizenship.

1 | INTRODUÇÃO

É perceptível que, em vários setores da sociedade, as lutas por igualdade de direitos e respeito às diferenças têm sido constantes e intensificadas. Por isso, o espaço escolar precisa ser, mais do que nunca, um ambiente de respeito à diversidade, fecundo à reflexão dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, propício à vivência da democracia e ao exercício da cidadania.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205)

Diante do exposto, a presente temática está diretamente relacionada às experiências oportunizadas por meio das vivências do cotidiano escolar enquanto professora de Educação Especial no contexto da Educação Básica, pesquisadora e pós-graduada em Educação Inclusiva, nas quais foi perceptível a grande necessidade de refletir sobre os desafios que permeiam a gestão escolar na construção de uma escola inclusiva.

A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos, tendo como inspiração o valor da igualdade de direitos entre as pessoas, inclusive àquelas que são público-alvo da Educação Especial, por apresentar algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Entretanto, não se trata apenas de garantir o acesso de todos a uma educação de qualidade, é preciso também assegurar a permanência desses sujeitos no espaço educativo, oferecendo-lhes serviços, recursos e estratégias de acessibilidade, com vista ao atendimento das necessidades desses alunos, que constituem o público alvo da inclusão.

Para vislumbrar a construção de uma escola inclusiva, em que todos alunos sejam acolhidos, respeitados em sua diversidade e atendidos em suas necessidades específicas, é preciso ressignificar concepções, práticas pedagógicas e as relações que são tecidas entre os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar.

Logo, o papel da gestão escolar é fundamental e indispensável para prover as condições necessárias à transformação da escola em um ambiente educacional inclusivo. De acordo com SANT'ANA (2005, p. 228) *“Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas”*.

Portanto, uma gestão escolar democrática, participativa e comprometida em proporcionar uma educação de qualidade para todos, precisa desafiar-se em prover as transformações necessárias à construção de uma escola inclusiva.

Por isso, este artigo visa investigar o papel da gestão democrática frente ao desafio de construir uma escola inclusiva.

2 | OBJETIVOS

2.1 Geral

Investigar o papel da gestão democrática frente ao desafio de construir uma escola inclusiva, em que todos alunos sejam acolhidos, respeitado em sua diversidade e atendidos em suas necessidades específicas, tornando-a um ambiente fecundo à reflexão dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, propício à vivência da democracia e ao exercício da cidadania.

2.2 Específicos

- Identificar as contribuições da democratização da Gestão Escolar para a construção de uma escola inclusiva;
- Investigar estratégias que podem ser adotadas pela Gestão Escolar para facilitar a construção de uma Educação Inclusiva;
- Observar se as reflexões sobre os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, vivência da democracia e o exercício da cidadania colaboram para otimização do processo de construção da Educação Inclusiva.

3 | METODOLOGIA

Este artigo utilizou como caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, que, de acordo com TRENTINI e PAIM (1999) procura explicar e discutir o tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Em MARTINS (2001), também é ressaltado que esta modalidade de pesquisa busca também conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema.

É importante destacar que a pesquisa bibliográfica visa colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, como bem pontua MARCONI e LAKATOS (2007).

Neste sentido, não se trata apenas de uma mera repetição acerca do que já está posto sobre o assunto que é objeto de estudo e sim uma oportunidade de examinar um tema sob um novo olhar ou abordagem, possibilitando conclusões inovadoras.

Portanto, para elaboração do presente artigo, recorreu-se à revisão narrativa bibliográfica, na qual dialogou-se com as experiências de autores que já pesquisaram sobre o papel da gestão democrática frente ao desafio de construir uma escola inclusiva.

4 | RESULTADOS

4.1 Uma escola para todos

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Todas as pessoas, em algum momento da vida, já viram, souberam ou até mesmo vivenciaram situações discriminatórias e excludentes, seja por questão de gênero, fatores étnicos-raciais, orientação sexual e também por ter algum tipo de deficiência, dentre outros fatores. Por isso, fortalecer no espaço escolar diálogos e reflexões sobre temas como diversidade, inclusão, democracia e cidadania é fundamental em tempos de intolerância e tentativas de cerceamento do direito à igualdade, à educação e liberdade de expressão. É, sobretudo, uma forma de enfrentamento da negação de direitos que muitos sofrem todos os dias.

Nesse sentido, tem sido perceptível que, em vários setores da sociedade, as lutas por igualdade e respeito às diferenças têm sido constantes e intensificadas. Em tempos de grandes incertezas quanto a manutenção de uma sociedade democrática e de respeito à diversidade, a escola precisa ser, mais do que nunca, um ambiente fecundo à reflexão e vivência dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana.

Assim, é preciso construir uma escola inclusiva, na qual todos os alunos sejam acolhidos, respeitados em sua diversidade e atendidos em suas necessidades específicas, inclusive aqueles que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

É perceptível, então, “ressignificar” o papel da escola frente aos desafios da educação inclusiva, pois o direito à educação é indisponível e precisa ser realmente garantido a todos, como bem pontua a Constituição Federal:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entretanto, é perceptível que a problemática que temos diante nós, a qual nos impulsiona neste universo de pesquisa, não está voltada apenas a garantia de acesso de todos a uma educação de qualidade, mas pauta-se, sobretudo, em assegurar a permanência desses sujeitos na escola, bem como o acesso aos bens culturais da humanidade, como modo de reconhecimento de sua cidadania e condição humana, ou seja, é preciso viabilizar diferentes estratégias com vista o enfrentamento das barreiras de exclusão.

4.2 Fundamentos da Gestão Democrática à luz da legislação vigente

A sociedade brasileira, ao longo da década de 1970, vivenciou um processo de luta pela redemocratização do país, que teve como consequência a transição do regime militar para o regime civil. Durante essa época, ocorreu uma tentativa de retomada do Estado de Direito, o que significa, em outras palavras, recompor os direitos civis e políticos invalidados durante o regime militar.

É válido ressaltar que, neste mesmo período, ganhou destaque o movimento dos trabalhadores da educação, os quais organizaram-se em associações profissionais e acadêmico-científica ao longo da década de 70, intensificando na década de 80, ocorrendo inclusive movimentos grevistas.

Vários educadores mobilizavam-se em torno da reconstrução da função social da escola, refletindo a preocupação com o significado social e político da educação. Na pauta dos debates levantados, estavam a qualidade da educação pública e a democratização do ensino.

Havia iniciativas de formulação e implementação de políticas educacionais com tendência a incorporar os interesses populares, como também o desenvolvimento de políticas voltadas para a democratização da educação brasileira.

Em 1980 a sociedade brasileira vivenciou um processo de abertura política, o que representou conquistas democrática para a sociedade e para a educação pública. Nesse período a sociedade civil reivindicava um país democrático, sendo atendida pela Constituição Federal (CF) de 1988, que veio refletir esses anseios da população. No que tange a educação, a CF 1988 incorporou a gestão democrática do ensino público, mas especificamente no art. 206, que regulamenta a sua gratuidade em todos os níveis de ensino, qualificando-a como dever do Estado. Assim, temos a reafirmação do caráter público e democrático da educação.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(Alterado pela EC-000.019-1998):

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Assim, percebe-se que a educação segundo a CF de 1988, constitui um direito social, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação ao trabalho. Estabelece, portanto, a base da organização educacional do país ao firmar direitos e deveres, delimitar competências e atribuições, bem como definir

princípios: pluralismo, liberdade e gestão democrática. Para Vitor Paro (2001):

[...] é importante o resgate da gestão democrática, entendendo-a como produto das ações e das vontades de seus agentes, estando diretamente ligado à função social da escola, tendo como objetivo uma política pedagógica e administrativa voltada para a orientação de processos de participação das comunidades local e escolar.

Define-se, portanto, a educação escolar como pública e função do Estado, ou melhor, dever do Estado, objetivando que cada indivíduo possa se autogovernar como sujeito dotado de liberdade e indivíduo capaz de participar ativamente como cidadão consciente e crítico de uma sociedade pautada na liberdade e igualdade.

Após a Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - lei 9394/96, foi um dos primeiros projetos de lei a dar entrada na Câmara Federal, através do deputado Octávio Elísio, mas já estava em discussão antes mesmo da promulgação da Constituição. Diferentemente das outras LDB's, ela nasce no Legislativo, e não no Executivo e teve grande participação da sociedade civil, entidades, associações, como também especialistas, administradores e pesquisadores.

Na LDB, a gestão democrática enquanto princípio aparece no artigo 3º, inciso VIII "Gestão democrática do ensino público", na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino. Sobre os princípios norteadores da gestão democrática nas instituições públicas de educação básica (compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o médio, bem como as modalidades de ensino) a LDB dispõe:

Art.14- Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

1. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
2. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (LDB, 9394/96).

Esse novo conceito de gestão representa um divisor de águas na configuração das relações de poder e autoridade nos sistemas educativos. Com a regulamentação da LDB, que estabelece, dentre outros fatores, a gestão democrática na escola, a educação pública brasileira garante o direito de, legalmente, atender a participação consciente de todos os segmentos da comunidade escolar nas tomadas de decisões do cotidiano escolar, objetivando um compromisso coletivo envolvendo diretores, pais, alunos, professores, funcionários e demais interessados na efetivação de uma escola pública com qualidade social.

Uma educação com ênfase no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária deve priorizar o fortalecimento da democracia nos processos pedagógicos e, nesse contexto, a regulamentação da gestão democrática da escola torna-se uma oportunidade real de transformar a escola um lugar público privilegiado, onde os indivíduos

poderão dialogar e articular suas ideias, considerando os diferenciados posicionamentos com vista a melhor atender as necessidades coletivas.

É importante destacar que a gestão democrática foi, também, alvo de atenção no Plano Nacional de Educação (PNE), sonho inserido na Constituição de 1934 pelos Pioneiros da Educação Nova e retomado na Constituição de 1988, foi instituído pela Lei nº. 10.172 de 9 de janeiro de 2001, como resultado de intensa participação dos educadores em sua defesa e elaboração. O PNE, seguindo o princípio constitucional e a diretriz da LDB, define entre seus objetivos e prioridades:

“(...) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Desta forma, têm-se na Constituição, LDB e PNE o estabelecimento de novas fundamentações e estratégias para a organização e a gestão dos sistemas de ensino e para prática escolar cotidiana. É interessante ressaltar que a LDB e o PNE destacam a autonomia dos sistemas de ensino e de suas escolas, bem como são instituídos os conselhos de educação nos sistemas de ensino e, no que se refere a gestão das escolas, é regulamentado o conselho escolar, sempre evidenciando a participação da comunidade.

Entretanto, as mudanças propostas pela LDB não estão expressas na realidade da maioria de nossas escolas, especialmente nas instituições públicas, pois notamos ainda que, frequentemente, esta suposta “gestão”, mascara-se como sendo democrática, mas acaba não priorizando os princípios básicos democráticos, ocasionando o aumento da produtividade, a massificação do indivíduo, afastando não só o caráter da coletividade, como também o diálogo e a participação nos processos decisórios.

4.3 Gestão Democrática e os desafios da Educação Inclusiva

Ao entendemos a gestão democrática enquanto participação efetiva da comunidade escolar, em Vitor Paro percebemos a necessidade de buscar mecanismos, que viabilizem a formação do coletivo escolar para construção de uma escola que cumpra com seu papel social de forma autônoma. Ou seja, uma escola que reflita, através de seus projetos, os anseios da comunidade em seu sentido mais amplo, concretizando um projeto educacional emancipador, o qual represente a identidade escolar como resultado de decisões coletivas.

“A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão nas discussões e decisões” (Paro, 2003 p. 22).

Falar em gestão democrática nos remete, portanto, a pensar em autonomia e participação. Logo, é preciso fortalecer o processo de construção de um novo momento da escola pública, que é a busca de qualidade social a partir do âmbito educacional, transcendendo a concepção de educação como mero mecanismo de reprodução da sociedade.

Uma gestão verdadeiramente comprometida com a transformação social deve estar voltada a atender as necessidades de todos, sobretudo, das classes menos favorecidas e, historicamente, excluídas. Para atender essas demandas, a escola deve estar atenta e dar voz a todos os sujeitos, todas as representações e segmentos, ou seja, é preciso ouvir os anseios de sua comunidade.

Sabemos que a democracia e, especificamente, uma gestão democrática não se origina espontaneamente no interior da escola, contudo, a escola como espaço privilegiado, no qual ocorrem intervenções políticas e ideológicas, traz na sua natureza pedagógica a oportunidade de construir novos paradigmas e práticas que evidenciem os processos democráticos no seu interior e na sociedade

A efetivação da gestão democrática nas instituições de ensino pode significar um importante mecanismo de consolidação da democracia e inclusão em nível de sociedade, levando em consideração que a escola e a sociedade estão intimamente relacionadas. Entende-se que a democratização da gestão escolar traz consigo o estabelecimento de novas relações entre a escola e o contexto social, no qual está inserida.

Significa, também, refletir e redimensionar, caso necessário, as práticas cotidianas desenvolvidas no interior da escola, eliminando toda e qualquer forma de autoritarismo e exclusão, e estimulando a participação de todos os segmentos da escola, como sujeitos comprometidos com uma educação pública de qualidade para todos, o que significa a construção de uma nova cidadania. Essa forma de gestão educacional é um caminho para que as práticas pedagógicas se tornem, efetivamente, práticas sociais, as quais possibilitem contribuir para o fortalecimento de um processo democrático mais amplo.

Vitor Paro (1998, p.46) enfatiza que a escola não é democrática apenas por levar em consideração sua prática administrativa. Para o autor, a escola torna-se democrática de acordo com as práticas administrativas e pedagógicas, que se desenvolvem em seu interior.

Assim, Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996, p 45) destaca:

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Nesse contexto, é preciso ressignificar o papel da escola com professores, pais, responsáveis, comunidades interessadas para disseminarmos no cotidiano escolar, formas

mais solidárias e plurais de convivência. É a escola precisa ser um espaço que acolhe a todos, lugar em que os sujeitos participem democraticamente das tomadas de decisões, na qual todos alunos tenham direito a uma educação de qualidade, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados e sim uma instituição aberta incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusiva.

Concernente à garantia do direito à educação, atualmente, é perceptível que a Educação Inclusiva tem se apresentado como um dos grandes desafios da atualidade na área educacional, em virtude da grande demanda de alunos que são público-alvo da inclusão, que estão vinculados aos Sistemas de Ensino.

Portanto, é imperativo que a escola e os sistemas de ensino concentrem seus esforços para que as pessoas com deficiência (PCD) tenham garantido o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), concedendo-lhes o suporte pedagógico necessário à superação das limitações provenientes de sua deficiência, visando o seu desenvolvimento integral. Assim, a LDB (1996) destaca:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior [...]

Portanto, a escola inclusiva precisa reconhecer e corresponder as necessidades específicas de cada aluno, levando em consideração seu estilo e ritmo de aprendizagem, de modo a não apenas garantir o acesso à educação pública de qualidade, mas assegurar a permanência de todos alunos na escola, bem como o acesso aos bens culturais da humanidade como modo de reconhecimento de sua cidadania e condição humana, por meio de um currículo adaptado, estratégias de ensino que levem em consideração as especificidades, uso de recurso adequados e estabelecimento de parcerias para melhor atender as demandas do cotidiano escolar.

O espaço escolar é um lugar de convivência e de aprendizado, portanto, trata-se de um ambiente plural pela sua própria natureza. Desta forma, a educação escolar precisa ser pensada a partir de um ensino participativo, solidário, acolhedor.

Logo, a gestão escolar e a equipe docente precisam dialogar e atuar em parceria, com vista ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Sage (1999) pontua:

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor, que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforcem o apoio aos professores. (1999, p. 138)

Diante do exposto, Lücke (2001) também corrobora para discussão ao pontuar a importância da gestão democrática para o desenvolvimento de um trabalho articulado dentro do espaço educativo, no qual todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar possam participar ativamente das tomadas de decisões, bem como vivenciar o cotidiano e construir um ambiente de participação e respeito às diferenças.

Nesse sentido, a gestão precisa mobilizar a sua comunidade escolar para construção coletiva e democrática do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como incentivar a participação destes no Conselho Escolar, como bem ressalta a LDB (1996):

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Nesta mesma linha, Veiga (2003) defende que o PPP da escola jamais deve ser compreendido como mero documento burocrático a ser encaminhado aos órgãos competentes e, posteriormente, engavetado. O PPP de uma escola *“exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo”* (VEIGA, 2003, p. 09).

Assim, o caminho traçado em prol da construção de uma escola inclusiva precisa estar muito bem definido e resguardado por todos, como bem corrobora Santana (2005, p. 228) ao afirmar que *“Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas”*. A inclusão se efetivará no cotidiano escolar por meio diálogo permanente entre todos os segmentos presentes na escola, para que todas as práticas pedagógicas e administrativas sejam favoráveis à vivência da inclusão, da democracia e ao exercício da cidadania, fortalecendo a escola enquanto ambiente fecundo para a reflexão dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana.

Portanto, é preciso ter disposição para reconstruir a escola pública como espaço verdadeiramente democrático de construção de uma sociedade marcada por uma maior equidade.

CONCLUSÃO

O intuito deste trabalho foi produzir um conhecimento que ampliasse o debate acerca dos desafios da gestão escolar para construção de uma escola inclusiva, na qual todos alunos fossem acolhidos, respeitado em sua diversidade e atendidos em suas necessidades específicas, por meio de práticas inclusivas, democráticas e voltadas ao

exercício da cidadania e da democracia no cotidiano escolar, envolvendo todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar.

Neste sentido, foi perceptível que a efetivação da gestão democrática da escola não é, suficientemente, capaz de resolver todas as problemáticas que permeiam os estabelecimentos educacionais no que concerne às barreiras para efetivação do processo de inclusão, posto que suas causas e possíveis soluções ultrapassam o interior de nossas escolas.

Entretanto, entende-se que a educação é um processo que tem a possibilidade de promover mudanças nos sujeitos e, conseqüentemente, na sociedade. Desta forma, o espaço escolar precisa continuar sendo, mais do que nunca, um ambiente de respeito à diversidade, fecundo à reflexão dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, propício à vivência da democracia e ao exercício da cidadania.

Ao defender a Educação enquanto direito de todos, o papel da gestão escolar é fundamental e indispensável para prover as condições necessárias à transformação da escola em um ambiente educacional inclusivo e participativo, pois não basta garantir o direito de acesso e permanência, o ambiente escolar precisa ser um lugar em que cada aluno seja acolhido, respeitado em suas singularidades e atendidos em suas necessidades específicas, inclusive aqueles que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

Falar em gestão democrática dentro do desafio de fazer uma escola inclusiva, nos remete, portanto, a pensar em autonomia e participação, dar voz a todos os sujeitos, todas as representações e segmentos, enfim, é preciso ouvir os anseios da comunidade escolar.

Uma gestão verdadeiramente comprometida com a transformação social deve estar voltada a atender as necessidades de todos, sobretudo, das classes menos favorecidas e, historicamente, excluídas. Significa, também, refletir e redimensionar, caso necessário, as práticas cotidianas no interior da escola, eliminando toda e qualquer forma de autoritarismo e exclusão, e estimulando a participação de todos os segmentos da escola como sujeitos comprometidos com uma educação pública de qualidade para todos, o que significa a construção de uma nova cidadania.

Essa forma de gestão educacional é um caminho para que as práticas pedagógicas se tornem, efetivamente, práticas sociais, as quais possibilitem contribuir para o fortalecimento de um processo democrático mais amplo.

A escola inclusiva precisa reconhecer e corresponder as necessidades específicas de cada aluno, levando em consideração seu estilo e ritmo de aprendizagem, de modo a não apenas garantir o acesso à educação pública de qualidade, mas assegurar a permanência de todos alunos na escola, bem como o acesso aos bens culturais da humanidade como modo de reconhecimento de sua cidadania e condição humana. Isso será possível por meio de um currículo apropriado, estratégias de ensino que levem em consideração as especificidades, uso de recurso adequados e estabelecimento de parcerias para melhor

atender as demandas do cotidiano escolar.

Logo, o papel da gestão escolar é fundamental e indispensável para prover as condições necessárias à transformação do espaço educativo em um ambiente educacional inclusivo, agindo coletivamente com docentes, funcionários, alunos e seus responsáveis para que cada sujeito da comunidade escolar cumpra seu papel dentro da escola.

Portanto, uma gestão escolar democrática, participativa e comprometida em proporcionar uma educação de qualidade para todos, precisa desafiar-se em prover as transformações necessárias à construção de uma escola inclusiva.

Enfim, são vários os desafios que se apresentam diante da gestão democrática que vislumbra construir uma escola, de fato, inclusiva. É fato, que há um longo caminho a ser percorrido, portanto, é preciso enfrentar os desafios na busca de uma gestão educacional democrática que priorize o desenvolvimento de uma educação com qualidade social como veículo para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Por isso, fortalecer no espaço escolar diálogos e reflexões sobre temas como diversidade, inclusão, democracia e cidadania é fundamental em tempos de intolerância e tentativas de cerceamento do direito à igualdade, à educação e liberdade de expressão. É, sobretudo, uma forma de enfrentamento à negação de direitos que muitos sofrem todos os dias, dentre estes, as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional-LDB**, Brasília, Ministério da Educação, 1996.

_____. **Parecer n.º 17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Versão preliminar, 2007.

CANDAU, Vera et alii. **Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 1995.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, **Gestão Democrática da Educação: Atuais tendências, novos desafios**. São Paulo. Cortez, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007. 120 p.

_____. **Administração Escolar: Introdução Crítica**. Cortez, 2000.

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p.129-141.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SILVA, Humberto. **Educação em Direitos Humanos: Conceitos, Valores e Hábitos**, São Paulo: Faculdade de Educação-USP, Dissertação de Mestrado, 1995.

VEIGA, Ilma P. A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 7.ed. São Paulo: Papirus, 2003.

_____. **Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos com deficiência 13, 262, 263, 265, 266, 267, 268

Adaptação Curricular 155, 163

Alfabetização científica 10, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Alfabetização de Jovens e Adultos 12, 120, 121, 122, 123

Alfabetização ecológica 10, 14, 15, 16, 25, 27, 28, 29

Alunos 2, 7, 8, 10, 19, 21, 24, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 60, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 151, 155, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 183, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 221, 223, 226, 227, 228, 232, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 259, 260, 263, 264

André Malraux 112, 113

Aprendizagem 12, 13, 1, 3, 6, 10, 11, 12, 14, 19, 20, 21, 25, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 106, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 180, 182, 184, 194, 196, 199, 204, 205, 206, 211, 224, 225, 226, 228, 229, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Aprendizagem Baseada em Projetos 12, 164, 165, 166, 168, 173, 174

Arte 12, 13, 66, 105, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 154, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 235

Arte-Educação 112, 113

Arte teatral 12, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184

Avaliação 10, 7, 11, 20, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 64, 67, 72, 74, 89, 90, 117, 125, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 158, 160, 162, 166, 171, 172, 174, 220, 229, 230, 231, 235, 249, 252, 253, 261, 266

C

Cidadania 10, 11, 17, 20, 24, 30, 66, 106, 121, 122, 126, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 221, 227

Contexto 10, 11, 13, 2, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 42, 45, 50, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 72, 77, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 109, 112, 113, 123, 128,

133, 142, 156, 158, 161, 162, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 191, 193, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 214, 220, 222, 224, 231, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 265, 267

Contexto Histórico 16, 26, 85, 123

D

Democracia 9, 10, 112, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196, 197

Desafios 10, 12, 3, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 27, 36, 39, 41, 55, 75, 80, 85, 89, 90, 93, 104, 108, 109, 127, 143, 153, 161, 164, 165, 167, 186, 187, 189, 192, 194, 195, 197

Desenvolvimento Humano 12, 58, 61, 62, 63, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 215, 222, 226

Diálogo 12, 12, 22, 26, 27, 29, 41, 106, 117, 120, 125, 129, 151, 152, 159, 161, 162, 179, 180, 192, 195, 203, 217, 221, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 244, 250, 252, 253, 255, 259

Diversidade 22, 24, 28, 31, 35, 39, 46, 87, 90, 106, 186, 187, 188, 189, 195, 196, 197, 222, 264

Drama-Processo 176, 183, 184, 185

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 99, 102, 103, 104, 106, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 137, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270

Educação a Distância 12, 145, 146, 150, 151, 153, 154

Educação Ambiental 10, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 30

Educação de surdos 199, 200, 201, 202, 205, 206

Educação Especial 10, 12, 31, 32, 36, 40, 42, 43, 49, 53, 54, 55, 86, 89, 91, 92, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 186, 187, 197, 200, 206, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 259, 260, 263, 269

Educação Inclusiva 11, 12, 13, 43, 53, 55, 85, 89, 92, 93, 155, 156, 157, 159, 160, 163, 186, 187, 188, 189, 192, 194, 197, 198, 200, 201, 206, 207, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 263, 264, 265, 267, 268

Educação Integral 13, 220, 221, 222, 229, 231, 233

Educação Matemática 131, 132, 134, 143, 144, 247, 249, 261, 270

Educação Permanente 145, 146

Educandos em Tratamento de Hemodiálise 77, 81

Eletricidade 94, 95, 96, 102

Ensino 11, 12, 13, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 131, 132, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 182, 183, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270

Ensino da Estatística 67

Ensino Fundamental 10, 32, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 80, 99, 113, 122, 137, 143, 191, 199, 200, 202, 222, 223, 225, 226, 228, 230, 232, 235, 247

Ensino Médio 11, 32, 59, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 95, 137, 144, 223, 228, 230, 232, 234

Ensino Superior 12, 2, 3, 14, 16, 18, 22, 28, 29, 103, 106, 110, 164, 165, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270

Escola Hospitalar 11, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Escola Regular 11, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 161

Esperançar 11, 103, 104, 106

Estatística Descritiva 11, 67, 71, 72, 73, 74, 75

Estudo Comparado 236

Evasão 12, 59, 77, 80, 82, 83, 145, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 173

Experimentação 6, 94, 95, 100, 101, 102

F

Formação 10, 13, 1, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 24, 29, 31, 32, 36, 39, 44, 45, 54, 55, 57, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 75, 81, 88, 90, 102, 103, 105, 106, 115, 124, 134, 137, 143, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 158, 159, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 177, 179, 180, 184, 185, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 231, 238, 240, 248, 249, 250, 251, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270

Formação de Professores 1, 13, 31, 36, 44, 64, 143, 158, 201, 206, 238, 249, 263, 270

Formação docente 65, 67, 75, 200, 201, 203, 205

Formação Humana 13, 65, 106, 177, 208, 211, 217, 218

Formação Pessoal 103, 105

Funções Quadráticas 12, 131, 134, 137, 139, 140, 141, 142

G

Gestão Democrática 12, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197

H

Hiperatividade 10, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 55

I

Inclusão 13, 2, 11, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 122, 142, 161, 162, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 207, 224, 236, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 252, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Integração Escolar 77, 82, 83, 238

J

Jornada de trabalho docente 13, 220, 222, 233

M

Metodologia Ativa 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173

Modelagem Matemática 12, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144

Mudança 1, 2, 3, 28, 34, 39, 57, 63, 85, 88, 107, 117, 142, 152, 169, 171, 241, 250, 260, 264

Museu Imaginário 11, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119

O

Oficina de física 94

P

Pandemia 9, 10, 1, 2, 90, 103, 104, 105, 106, 110, 155, 162, 163

Perspectiva Omnilética 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40

Pesquisa em Educação Especial 12, 155

Práticas Pedagógicas 57, 60, 61, 63, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 187, 193, 194, 195, 196, 204, 238, 243, 245, 247, 251

Profissionais da educação 11, 40, 157, 191, 195, 223, 225, 236, 239, 240, 241, 242, 245, 263

Programas 54, 87, 134, 135, 220, 229, 231, 262, 264, 270

Projetos 12, 121, 134, 137, 164, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 191, 192, 220, 225, 227, 228, 229, 231, 234, 267, 268

Psicologia Escolar 85, 92

Psicologia Histórico-Cultural 56, 61, 176, 177, 178

R

Reflexões 10, 13, 3, 5, 36, 44, 71, 78, 102, 103, 105, 154, 157, 162, 177, 182, 188, 189, 197, 199, 236, 250

Ressignificação 1, 3, 29

S

SAMA 13, 262, 263, 265, 266, 267, 268

São Paulo 13, 4, 29, 30, 43, 55, 66, 83, 92, 102, 110, 111, 112, 119, 130, 137, 144, 154, 163, 173, 174, 176, 185, 197, 198, 207, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 246, 261, 270

Subjetividade 20, 199, 200, 204, 205, 206, 212, 213

T

Tecnologia 10, 12, 1, 2, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 36, 56, 58, 68, 69, 111, 112, 118, 139, 142, 148, 149, 151, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 233

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento 164, 165

Tecnologias Digitais 6, 11, 12, 131, 133, 134, 143, 151

Temas geradores 120, 124, 126, 129

Teoria do Agir Comunicativo 236, 239, 245

Trabalho 12, 13, 5, 7, 11, 12, 20, 21, 24, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 45, 48, 54, 55, 56, 61, 64, 67, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 86, 89, 90, 91, 94, 95, 101, 104, 106, 110, 113, 114, 118, 121, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 166, 167, 168, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 189, 190, 193, 195, 200, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 241, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 259, 260, 262, 267, 268

Transtorno do deficit de atenção 10, 44

Transtorno do Espectro Autista 13, 247, 248, 261

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3